

A Influência do Cooperativismo de Crédito no Desenvolvimento Socioeconômico de Cunha Porã- SC

The Influence of Credit Cooperatives on the Socioeconomic Development of Cunha Porã, SC

Pieri Henrique Drehmer

Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina (SC), Brasil

Tatiane Salette Mattei

Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina (SC), Brasil

Andreza Aparecida Saraiva Piekas

Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina (SC), Brasil

Renata Cattelan

Unioeste. Francisco Beltrão, Paraná (PR), Brasil

GT06. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural (SOBER)

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar a influência do cooperativismo de crédito no desenvolvimento socioeconômico do município de Cunha Porã-SC, a partir da perspectiva dos funcionários das cooperativas. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa e caráter descritivo, por meio da aplicação de 9 entrevistas semiestruturadas com colaboradores de três cooperativas locais, complementadas por análise de conteúdo. A investigação se deu a partir das dimensões econômica, social e ambiental. Os resultados evidenciaram que o cooperativismo de crédito contribui para o fortalecimento econômico do município, promovendo a circulação de recursos, a geração de empregos e a inclusão financeira. No âmbito social, observou-se o incentivo à participação democrática, à educação financeira e à promoção de ações voltadas à participação das mulheres e jovens. No aspecto ambiental, destacou-se o uso de energia limpa, a redução do consumo de papel e o estímulo a projetos ecológicos. Conclui-se que o cooperativismo de crédito exerce papel fundamental como agente de desenvolvimento local sustentável, crescimento econômico, inclusão social e responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: Cooperativismo, Instituições Financeiras, Desenvolvimento Socioeconômico, Cunha Porã.

Abstract: This study aimed to analyze the influence of credit cooperatives on the socioeconomic development of the municipality of Cunha Porã-SC, from the perspective of cooperative employees. The research used a qualitative and descriptive approach, through the application of 9 semi-structured interviews with employees of three local cooperatives, complemented by content analysis. The investigation was conducted from the economic, social, and environmental dimensions. The results showed that credit cooperatives contribute to the economic strengthening of the municipality, promoting the circulation of resources, job creation, and financial inclusion. In the social sphere, the encouragement of democratic participation, financial education, and the promotion of actions aimed at the participation of women and young people were observed. In the environmental aspect, the use of clean energy, the reduction of paper consumption, and the encouragement of ecological projects stood out. It is concluded that credit cooperatives play a fundamental role as an agent of sustainable local development, economic growth, social inclusion, and environmental responsibility.

Keywords: Cooperativism, Financial Institutions, Socioeconomic Development, Cunha Porã.

1. Introdução

O Brasil é um país composto predominantemente por municípios de pequeno porte e sua economia está baseada fortemente no setor do agronegócio, com expressivo número de estabelecimentos de agricultura familiar. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) dos 5.570 municípios, 58,3% possuem uma população de até 20 mil habitantes e destes, 62,5% não possuem mais do que 10 mil habitantes. Também conforme dados do IBGE (2017), cerca de 87,5% do território brasileiro está ocupado por

atividades agropecuárias. Deste total, 76,8% da área ocupada são por estabelecimentos agropecuários e identificados como sendo de agricultura familiar.

Em dezembro de 2023, o cooperativismo de crédito estava presente, com pelo menos uma sede ou Ponto de Atendimento Cooperativista (PAC), em 3.177 municípios no país (57%), um acréscimo de 97 municípios atendidos em relação ao ano anterior. A região Sudeste se destacou em termos absolutos com 36 novos municípios atendidos. O Norte e o Nordeste se destacaram no aumento relativo, com 12,6% e 6,9% a mais, respectivamente. A região Nordeste, apesar do crescimento recente, continua sendo a que apresenta a menor presença de Unidades de Atendimento (UAs) do cooperativismo de crédito em relação ao total de municípios (Banco Central do Brasil, 2023).

A quantidade de municípios onde a cooperativa de crédito é a única alternativa presencial para obtenção de produtos e serviços financeiros cresceu, assim como nos anos anteriores, passando de 331 (dezembro de 2022) para 368 (dezembro de 2023). Com isso, o Sistema de Negociação Coletiva do Comércio (SNCC) reforça seu importante papel como agente de inclusão financeira da população brasileira (Banco Central do Brasil, 2023).

Com base nos princípios do cooperativismo, destaca-se especialmente o sétimo princípio estabelecido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que se trata do "Interesse pela Comunidade". Esse princípio orienta as cooperativas a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridas, por meio da implementação de políticas deliberadas e aprovadas por seus próprios membros (Trein et al., 2017). Diante desse contexto, essa pesquisa tem o intuito de responder o seguinte questionamento: Como o Cooperativismo de Crédito tem influenciado no desenvolvimento socioeconômico do município de Cunha Porã-SC?

Com a intenção de responder o questionamento, o objetivo dessa pesquisa é analisar como o cooperativismo de crédito tem interferido no desenvolvimento socioeconômico do município de Cunha Porã-SC. A investigação se dará a partir das dimensões econômica, social e ambiental através da perspectiva de alguns trabalhadores das cooperativas.

O trabalho justifica-se pela relevância estratégica desse modelo financeiro para municípios de pequeno porte, onde a presença de bancos tradicionais é limitada. Nesse cenário, as cooperativas de crédito emergem como atores fundamentais para a inclusão financeira. Cunha Porã por possuir cerca de 10.671 habitantes se enquadra como um município de pequeno porte, tendo a atuação de 3 cooperativas de crédito em 2025.

2. Referencial Teórico

2.1 Conceitos do Cooperativismo, princípios e história

O cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na união voluntária de pessoas com interesses comuns, que se organizam de forma democrática para alcançar benefícios coletivos. Diferente de empresas tradicionais (que visam lucro para acionistas), as cooperativas têm como objetivo atender às necessidades dos próprios membros (cooperados), distribuindo resultados de forma justa e promovendo desenvolvimento (Somos Coop., 2025).

O cooperativismo surgiu no século XIX, durante a Revolução Industrial, como resposta às precárias condições de vida e trabalho da época. A primeira iniciativa de sucesso foi a criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, formada por 28 trabalhadores que organizaram uma cooperativa de consumo para garantir acesso a produtos de qualidade e preços justos (SomosCoop., 2025).

A origem do cooperativismo de crédito vem da Europa, tendo início na Alemanha, em Delitzsch, com a administração de Hermann Schulze, considerado um dos precursores desse movimento cooperativista. Em 1856, ele criou a primeira cooperativa de crédito urbana, nomeada de Associação de Dinheiro Antecipado. As cooperativas fundadas por Schulze, posteriormente ficaram conhecidas na Alemanha como "bancos populares". Anos mais tarde, em 1864, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou a primeira cooperativa de crédito rural na cidade de Heddesdorf, também na Alemanha, voltada para atender às necessidades financeiras dos agricultores da Alemanha (Trein et al., 2017).

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve início em 1902, com a criação da primeira cooperativa de crédito da América Latina, localizada no município de Nova Petrópolis e idealizada pelo padre suíço Theodor Amstad, seguindo o modelo alemão denominado Raiffeisen. Essa cooperativa continua em atividade até os dias de hoje, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha - SICREDI Pioneira RS (Abreu et al., 2008).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2025), o sistema cooperativista se baseia em sete princípios fundamentais: a) Adesão voluntária e livre, sem discriminação; b) Gestão democrática, onde os membros participam ativamente das decisões; c) Participação econômica dos membros, que contribuem para o capital e controlam seu uso; d) Autonomia e independência das cooperativas, assegurando o controle pelos próprios membros; e) Educação, formação e informação contínuas dos cooperados; f) Intercooperação,

promovendo a união entre cooperativas em diferentes níveis; e g) Interesse pela comunidade, atuando no desenvolvimento sustentável local.

As cooperativas de crédito e os bancos apresentam diferenças fundamentais no que diz respeito à natureza jurídica, finalidade, gestão, legislação aplicável e forma de operação. As cooperativas de crédito são regulamentadas principalmente pela lei nº 5.764/1971, que institui a Política Nacional do Cooperativismo, e pela lei complementar nº 130/2009, que trata do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Essas instituições são constituídas como sociedades de pessoas, sem fins lucrativos, tendo por objetivo principal a prestação de serviços financeiros a seus próprios associados, com foco no desenvolvimento econômico e social da comunidade onde atuam (Brasil, 1971).

A gestão das cooperativas distingue-se das instituições financeiras tradicionais por ser baseada na democracia participativa, um dos princípios fundamentais do cooperativismo. Conforme estabelece a Lei nº 5.764/1971, as decisões são tomadas de forma igualitária, onde cada associado possui direito a um voto, independentemente do valor de sua cota de participação no capital social. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação, sendo o espaço onde os cooperados decidem sobre os principais assuntos da cooperativa, como aprovação das contas, destinação das sobras, criação dos fundos obrigatórios, além da eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (Brasil, 1971).

Outra distinção relevante é a destinação dos resultados financeiros. Nas cooperativas, as sobras líquidas (equivalentes ao lucro) são distribuídas proporcionalmente entre os cooperados com base na utilização dos serviços. Já nos bancos, os lucros são distribuídos entre os acionistas proporcionalmente à quantidade de ações detidas. Essas diferenças estruturais e normativas demonstram que, embora ambos os modelos ofereçam serviços semelhantes, como contas correntes, crédito, investimentos e cartões, sua filosofia, objetivo social e estrutura legal são distintas (Brasil, 1976).

Os cooperados no final do exercício financeiro podem participar do rateio da lucratividade obtida pela cooperativa. Porém, vale ressaltar que, os sócios também ficam responsáveis por eventuais prejuízos que possam vir a ocorrer, como forma de garantir a solidez da cooperativa, não impactando na imagem do sistema (Santos, 2017).

Outro instrumento previsto na legislação que reforça o compromisso social das cooperativas é o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), comumente chamado de Fundo Social. Este fundo, de constituição obrigatória conforme disposto no artigo 28, inciso III, da Lei nº 5.764/1971, tem como finalidade financiar ações de formação,

capacitação e educação cooperativista, bem como apoiar iniciativas de assistência técnica e projetos sociais destinados aos associados e à comunidade onde a cooperativa está inserida. Assim, além de fomentar o desenvolvimento econômico dos cooperados, o modelo cooperativista contribui para a melhoria das condições sociais, reafirmando seu papel como agente de transformação econômica e social nos territórios onde atua (Brasil, 1971).

Joseph Schumpeter, renomado economista austríaco, destacou-se por sua visão inovadora sobre o papel do crédito no desenvolvimento econômico. Segundo sua teoria, o crédito não é somente um mecanismo de transferência de recursos já existentes, e sim um elemento fundamental que viabiliza a inovação. Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico ocorre de forma descontínua, marcado por saltos qualitativos promovidos pela introdução de inovações no sistema produtivo (Moricochi; Gonçalves, 1994).

Contudo, para que esse empresário possa implementar suas ideias e romper com o chamado "fluxo circular" da economia estacionária, é de extrema importância o acesso ao crédito bancário. O sistema bancário, concede ao empresário o poder de comando sobre os fatores de produção, deslocando-os de seus usos anteriores para novas aplicações produtivas. Assim, o crédito funciona como uma força propulsora do desenvolvimento econômico, financiando a inovação e permitindo a superação do estado de equilíbrio estacionário da economia (Moricochi; Gonçalves, 1994). Segundo Perreira (2018) o destaque para o cooperativismo de crédito se deve, entre outros fatores, ao fato de que a instituição possui condições de operar conforme um pequeno banco de desenvolvimento local, este aspecto torna possível à comunidade de agricultores familiares o acesso a créditos produtivos que, segundo Búrigo (1997), abre um leque de oportunidades de investimentos.

2.2 Relação entre cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico

O crescimento econômico sob a perspectiva de Souza (1992), pode ser entendido como o aumento sustentado da renda ou do produto real de uma economia ao longo do tempo. Esse conceito está associado, principalmente, a aspectos quantitativos, como o incremento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento da produção de bens e serviços, e o uso mais intenso dos fatores de produção. Já o desenvolvimento econômico é um conceito amplo e qualitativo, que envolve transformações estruturais profundas na sociedade e na economia. Ele engloba melhorias nas condições de vida da população, como aumento da expectativa de vida, acesso à educação e saúde, redução das desigualdades sociais e fortalecimento das instituições.

A principal diferença entre os dois termos está na abrangência: enquanto o crescimento econômico foca apenas no aumento da produção e da renda, o desenvolvimento econômico contempla mudanças estruturais e sociais mais amplas, sendo possível que haja crescimento sem desenvolvimento. Souza (1992) destaca que nem todas as economias que apresentaram crescimento conseguiram alcançar o desenvolvimento, e o crescimento acentuou o subdesenvolvimento de outras economias.

Além das distinções entre crescimento e desenvolvimento econômico apontadas por Souza (1992), é fundamental considerar o conceito de desenvolvimento sustentável, que amplia essa discussão. O verdadeiro desenvolvimento não se limita apenas ao aumento da produção ou à melhoria das condições sociais, mas também exige responsabilidade na gestão dos recursos naturais, garantindo que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações. O desenvolvimento sustentável está fundamentado em três pilares essenciais e complementares: econômico, social e ambiental. Esses pilares, também conhecidos como tripé da sustentabilidade, são indispensáveis para garantir a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável (ONU, 1987).

O pilar econômico do desenvolvimento sustentável está relacionado à geração de riqueza, emprego e renda, bem como à eficiência na utilização dos recursos produtivos, promovendo inovação, competitividade e crescimento, sem esgotar os recursos naturais ou comprometer o equilíbrio social. Não se limita ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas considera também a distribuição equitativa dos benefícios gerados e o fortalecimento das economias locais (oEco, 2023).

O pilar social visa garantir a melhoria da qualidade de vida da população, com foco na redução das desigualdades, na promoção da inclusão social, no fortalecimento das comunidades e no respeito aos direitos humanos. Busca assegurar que todos tenham acesso a condições dignas de vida. Dessa forma, contribui para a construção de sociedades mais justas, nas quais o desenvolvimento econômico não seja excludente, mas sim um instrumento para a promoção do bem-estar coletivo (oEco, 2023).

O pilar ambiental refere-se à preservação, uso responsável dos recursos naturais e da biodiversidade. Esse pilar preconiza práticas produtivas sustentáveis, a redução dos impactos ambientais, o combate às mudanças climáticas, o uso racional da água e do solo, além da gestão adequada dos resíduos (oEco, 2023).

3. Metodologia

Objetiva-se analisar a influência do cooperativismo de crédito no desenvolvimento socioeconômico do município de Cunha Porã-SC, a partir da perspectiva dos funcionários das cooperativas considerando as dimensões econômica, social e ambiental. Cunha Porã é um município localizado no extremo oeste Catarinense, mais especificamente na microrregião de Chapecó, com uma população estimada em 10.953 pessoas, com um PIB per capita de R\$ 83.184,26 e com área territorial de 220 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2022).

O município tem forte relação com o agronegócio e possui três cooperativas de crédito. Para alcançar o objetivo foi aplicado um questionário prévio aos gerentes das 3 cooperativas, realizado entrevistas semiestruturadas com funcionários e posterior análise de conteúdo. O questionário teve a intenção de levantar informações financeiras, como sobras do exercício e geração de emprego, com informações do exercício de 2024. A entrevista foi aplicada a três funcionários de cada uma das Cooperativas (Gerente da Agência, Gerente de Carteira e Atendente), desde que residentes de Cunha Porã, totalizando 9 entrevistas.

A entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados utilizada em pesquisas qualitativas, que combina perguntas previamente elaboradas com a flexibilidade para o entrevistador adaptar a conversa conforme necessário. Essa abordagem permite obter informações detalhadas, respeitando ao mesmo tempo a estrutura do roteiro (Castro; Oliveira, 2022). O roteiro da entrevista conteve 5 perguntas do pilar econômico, 6 do pilar social e 4 do pilar ambiental.

A análise de conteúdo foi aplicada posteriormente às entrevistas, sendo uma técnica de tratamento e interpretação de dados qualitativos, que visa identificar, classificar e interpretar padrões, significados e tendências presentes nas respostas dos entrevistados. Segundo Bardin (2016), trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações que, de maneira objetiva e sistemática, por meio desse método, é possível transformar dados brutos em informações organizadas, categorizando os relatos dos participantes em eixos temáticos que estejam alinhados aos objetivos da pesquisa.

O roteiro da entrevista foi validado em julho de 2025 por um professor e dois profissionais da área. A coleta de dados foi feita em duas etapas, começando pelos dados institucionais, que por se tratar de dados quantitativos, teve a coleta realizada via e-mail na primeira semana de setembro de 2025. A etapa parte foi uma entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas abertas, que foi aplicada da última quinzena de setembro até a primeira semana de outubro de 2025. As entrevistas foram aplicadas de forma presencial (na Instituição)

ou de forma remota (google meet), sendo que foram gravadas e transcritas posteriormente, com a autorização dos participantes.

4. Resultados

4.1 Dados Institucionais

A Tabela 1 apresenta uma síntese comparativa dos principais indicadores institucionais das três cooperativas de crédito localizadas em Cunha Porã identificadas neste trabalho como Inst.1, Inst.2 e Inst.3. Os dados contemplam o número de associados, o resultado financeiro obtido no exercício de 2024, os valores distribuídos aos cooperados, bem como as ações sociais financiadas por meio do Fundo Social e o respectivo montante aplicado. Além disso, a Tabela inclui a composição do quadro de colaboradores de cada Instituição, permitindo observar diferenças estruturais e de capacidade operacional entre elas.

Tabela 1 – Dados Institucionais das cooperativas de crédito

Instituição	Associados	Resultado Financeiro 2024 (R\$)	Distribuído aos Associados em R\$	Projetos Fundo Social	Anos de Atuação	Fundo Social (R\$)	Colaboradores
Inst.1	4450	R\$ 4.550.000,00	R\$ 1.820.000,00	11	18	R\$ 78.000,00	11
Inst.2	8575	R\$ 15.796.360,00	R\$ 3.564.013,31	113	40	R\$ 541.000,00	26
Inst.3	3350	R\$ 3.750.000,00	R\$ 1.762.500,00	19	5	R\$ 57.000,00	7

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na Tabela 1, pode-se perceber que a Inst.2 se destaca como a maior Instituição, reunindo 8.575 associados e apresentando um resultado financeiro de R\$ 15,79 milhões no mesmo período. Deste montante, foram R\$ 3,56 milhões distribuídos aos associados. O Fundo Social da cooperativa contemplou 113 projetos, alcançando R\$ 541 mil em investimentos sociais, apoiados por uma equipe de 26 colaboradores, assim fomentando a geração de empregos e fortalecendo o crescimento do PIB e consumo local.

A Inst.2 se sobressai pelo porte, volume de associados, pelo maior tempo de atuação em Cunha Porã e pela atuação em projetos sociais. A Inst.3, embora menor em estrutura, é a que mais retorna proporcionalmente os resultados aos associados (47%), reforçando a característica de valorização do cooperado. Já a Inst.1 ocupa posição intermediária, equilibrando resultado financeiro, distribuição proporcional e investimentos sociais.

4.2 Perfil do Entrevistado

A Tabela 2 apresenta as informações referentes ao perfil dos nove entrevistados pertencentes às três cooperativas de crédito. São explanados dados sobre sexo, raça, idade, escolaridade, cargo ocupado, tempo de atuação na cooperativa e tempo no cargo atual. Esses dados permitem compreender o contexto profissional e o nível de experiência dos participantes, bem como observar a diversidade de perfis existente entre as instituições analisadas. Os entrevistados são denominados E1, E2 e E3.

Tabela 2 - Perfil dos Entrevistados

Inst.	Entrevistado	Sexo	Raça	Idade	Escolaridade	Cargo	Tempo de Coop	Tempo no cargo Atual
Inst. 1	E1	Masc.	Branco	35 anos	Pós-graduado	Gerente de Agência	13 anos	4 anos e 6 meses
Inst. 1	E2	Fem.	Branco	30 anos	Superior Completo	Gerente Pessoa Jurídica	5 anos	3 anos e 7 meses
Inst. 1	E3	Masc.	Branco	21 anos	Superior Incompleto	Agente de Atendimento	7 meses	7 meses
Inst. 2	E1	Masc.	Branco	55 anos	Superior Completo	Gerente de Agência	33 anos	20 anos
Inst. 2	E2	Masc.	Branco	34 anos	Superior Completo	Gerente Pessoa Jurídica	11 anos	5 anos
Inst. 2	E3	Fem.	Parda	33 anos	Pós-graduado	Agente de Atendimento	12 anos	12 anos
Inst. 3	E1	Fem.	Pardo	35 anos	Pós-graduado	Gerente de Agência	7 anos	5 anos e 6 meses
Inst. 3	E2	Fem.	Branco	32 anos	Pós-graduado	Gerente Pessoa Jurídica	3 anos	2 anos
Inst. 3	E3	Masc.	Branco	24 anos	Pós-graduado	Agente de Atendimento	3 anos	3 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Inst.1 conta com profissionais jovens em início de carreira, sugerindo dinamismo e necessidade de capacitação. A Inst.2 é formada por colaboradores experientes e de longa permanência, refletindo estabilidade e comprometimento. Já a Inst.3 combina juventude, alta qualificação e diversidade, indicando potencial para inovação, inclusão e rápida ascensão a cargos de responsabilidade.

4.3 Análise das Entrevistas

4.3.1 Dimensão Econômica

A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar percepções convergentes e específicas em relação às dimensões econômicas do cooperativismo. As respostas evidenciam que, de forma geral, as cooperativas exercem papel relevante na promoção do desenvolvimento econômico das comunidades onde estão inseridas, na inclusão financeira e na geração de valores sociais que fortalecem a economia das comunidades onde atuam, contemplando os princípios cooperativistas da “Participação econômica dos membros, que contribuem para o capital e controlam seu uso”, “Educação, formação e informação contínuas dos cooperados” e “Interesse pela comunidade, atuando no desenvolvimento local”.

Sobre o fortalecimento da economia local, é relatado que isso ocorre principalmente pela utilização dos recursos financeiros dentro das próprias comunidades, por meio da concessão de crédito acessível e da distribuição das sobras entre os associados conforme dito

por E1 da Inst.1, “O principal fator é através do retorno dos valores investidos nas áreas de atuação da cooperativa, distribuição dos resultados” e conforme dito por E3 da Inst.3 “Com a disponibilização de crédito com taxas acessíveis e atrativas”. Inst. 1 e Inst. 3 destacaram-se por afirmar a oferta de taxas justas e políticas de crédito voltadas à realidade de cada associado. Os entrevistados da Inst.2 destacam que a cooperativa desempenha um papel relevante no fortalecimento da economia local ao incentivar a participação dos associados em iniciativas sociais e nas entidades parceiras. Além disso, a oferta de crédito justo e adequado às necessidades da comunidade contribui para o desenvolvimento econômico sustentável conforme citado por E2 “Promovendo Crédito Justo e procurando entender as demandas dos associados para entregar a melhor experiência para eles”, uma vez que facilita o acesso a recursos e promove inclusão financeira. Também foram mencionadas as taxas de investimento e aplicação mais acessíveis, que beneficiam os cooperados, estimulando a circulação de recursos na própria região e gerando impactos positivos conforme mencionado por E3 “A cooperativa traz taxas de investimento e aplicação financeira justas”.

Na Inst.1, os entrevistados convergiram na percepção de que a estabilidade financeira dos associados (Como a cooperativa contribui para trazer mais estabilidade financeira aos seus associados?) é promovida principalmente por meio de condições financeiras mais vantajosas, como taxas de juros mais acessíveis, retorno das sobras e produtos adaptados à realidade de cada cooperado. O respondente E1 destacou a importância das taxas menores, E2 ampliou o olhar para soluções financeiras seguras, investimentos e planejamento financeiro, enquanto E3 destacou a adequação dos serviços às necessidades dos associados e a consequente redução do endividamento.

Na Inst. 2, E1 apresentou uma perspectiva mais institucional, mencionando credibilidade, ações sociais e parcerias com órgãos governamentais conforme fala: “Credibilidade com a Comunidade, ações sociais, parcerias com entidades governamentais”. E2 e E3 destacam as condições justas de negociação e na distribuição de sobras como dito por E3 “Condições justas de negociações e trazendo distribuição de sobras para os associados”.

Sobre a terceira pergunta (Que tipos de ações de educação financeira a cooperativa oferece? Como elas impactam os associados?), na Inst.3, todos os entrevistados enfatizaram a educação financeira como principal instrumento para promover a estabilidade econômica dos associados. E1 destacou os investimentos em conhecimento e as ações educativas em escolas e grupos comunitários. O respondente E2 mencionou projetos de educação financeira e atendimentos consultivos conforme evidenciado: “Oferece momentos de integração através de

palestras e reuniões com os cooperados além de desenvolver projetos com crianças em busca de uma conscientização em relação a educação financeira”, enquanto o E3 reforçou o papel da cooperativa como consultora financeira e parceira na formação dos associados. A uniformidade nas respostas indica que essa instituição tem um forte alinhamento interno em torno da educação financeira como estratégia para os cooperados.

O acesso a produtos e serviços com condições mais justas, como taxas de juros reduzidas, oportunidades de investimento dentro da própria cooperativa e participação nos resultados, contribui para maior estabilidade e segurança econômica dos cooperados. Esse aspecto reforça o 3º princípio do cooperativismo: participação econômica dos membros, em que o associado é, usuário e dono da instituição, proporcionando estabilidade e segurança econômica. Como relatado por E1 da Inst. 2 “O cooperativismo é um Associativismo onde você é dono e sócio da cooperativa além do crescimento financeiro que tem na sociedade”.

Em relação à educação financeira, mostrou-se convergência: todas as cooperativas desenvolvem projetos voltados à formação financeira dos associados e da comunidade. A Inst. 1 oferece cursos e oficinas para diferentes públicos, desde crianças até idosos; a Inst. 2, por meio do Instituto próprio, realiza palestras e ações educativas em escolas e empresas; e a Inst. 3 implementa programas que estimulam o protagonismo de jovens e mulheres. No campo profissional e pessoal (De que forma a experiência no cooperativismo mudou sua visão sobre economia, desenvolvimento e finanças?), a atuação no cooperativismo favoreceu o crescimento por meio de capacitações constantes, um ambiente de trabalho participativo e pela valorização do trabalho. A possibilidade de evolução dentro da cooperativa incluindo benefícios como bolsas de estudo e planos de saúde impactou positivamente a vida pessoal dos entrevistados. Isso fica evidente na fala de E2 da Inst.3 “através da cooperativa consegue facilitar o acesso ao ensino superior através de bolsa de estudo, tenho acesso a plano de saúde, além da remuneração mais atrativa”. E por E1 da Inst.1: “Antes de entrar no cooperativismo tinha uma visão muito superficial do mercado financeiro, mas através do cooperativismo foi possível identificar e conhecer o quanto o mesmo é transformador para os associados/cooperados quanto para os municípios onde há cooperativismo”.

Por fim, quanto à possível mudança na qualidade de vida proporcionada pelo cooperativismo, os depoimentos demonstram uma transformação ampla na percepção dos entrevistados sobre economia, desenvolvimento e finanças. Conforme relatado por E3 da Inst.2, “O cooperativismo mudou a minha visão da forma que posso ensinar meus cooperados e ajudar

os mesmos a terem prosperidade financeira”, o que reforça o potencial do modelo cooperativo para promover educação financeira e gerar prosperidade compartilhada.

Ademais, os outros entrevistados destacam que, após ingressarem no cooperativismo, passaram a compreender a economia de forma ampla, reconhecendo que o desenvolvimento financeiro não se limita ao lucro individual, mas está ligado ao crescimento coletivo.

4.3.2 Dimensão Social

Em geral as entrevistas evidenciaram o papel do cooperativismo como agente transformador comunitário, promotor de uma sociedade democrática e de promotor da inclusão social. Na questão "Como você avalia a participação dos cooperados nas decisões?" as três instituições destacaram que a participação democrática é um dos pilares fundamentais do modelo, permitindo que cada associado exerça voz e voto nas assembleias. Isso responde também ao objetivo do cooperativismo: Autonomia e independência das cooperativas, assegurando o controle pelos próprios membros. Isso é evidenciado por E2 da Inst.1 “Acho muito positiva a forma como os associados participam das decisões, porque todos têm voz e podem opinar. Isso dá mais transparência e traz o sentimento de pertencimento à cooperativa”. Vale destacar a fala de E3 da Inst. 2 “Algo muito interessante é que os cooperados vem nos procurar para celebrar conquistas com eles, como um investimento que deu certo, festas em suas comunidades e buscando ajuda”. Esse formato participativo reforça a transparência, a responsabilidade e o sentimento de pertencimento dos cooperados, como sócios.

Inst.3 evidencia uma atuação mais voltada à proximidade da comunidade. Os entrevistados destacaram o incentivo à participação dos cooperados por meio de assembleias e abertura para dar opiniões. E2 apontou que os associados participam através de conversas, dão sugestões de melhorias e divulgam a marca da cooperativa na comunidade. A presença feminina na gestão é percebida como sinal de abertura e equidade dentro da estrutura organizacional, o que reforça a imagem de uma Instituição moderna e inclusiva. Além disso, as ações sociais da Inst. 3 envolvem o apoio direto a escolas, entidades e projetos que visam à melhoria da qualidade de vida e ao fortalecimento das relações sociais de onde está inserida.

Quando questionados: "De que maneira os cooperados demonstram senso de pertencimento à cooperativa?", os entrevistados apontam que o senso de pertencimento dos cooperados é evidenciado principalmente pela participação ativa nas assembleias, no uso dos produtos e serviços e na centralização de suas movimentações financeiras na cooperativa conforme citado por E2 da Inst.1: “Na minha opinião participando das assembleias, dando

opinião, votando nas decisões e usando os produtos e serviços da cooperativa. Isso faz sentir-se parte do negócio”. Além disso, campanhas institucionais e decisões estratégicas reforçam a percepção de que o associado é parte do negócio e possui voz dentro da Instituição.

A relação de acolhimento e proximidade entre cooperativa, colaboradores e associados também contribui para fortalecer esse vínculo, gerando identificação e sentimento de “ser dono” como reforçado por E1 da Inst.2 “A abordagem que a cooperativa tem com os associados faz eles se sentirem bem acolhidos no local pois é o “dono””. Isso é reforçado também pela presença da cooperativa em ações comunitárias, programas específicos, treinamentos e celebrações de conquistas individuais dos associados. Assim, percebe-se que o pertencimento é construído tanto pela participação formal quanto pelas relações de confiança.

Os colaboradores da Inst.2, quando questionados sobre de que forma as ações da cooperativa incluem ativamente mulheres, jovens e minorias, ressaltaram que a cooperativa mantém uma relação próxima com a comunidade, promovendo ações sociais, educativas e de capacitação. Destacaram a atuação de grupos que têm como objetivo capacitar e fortalecer o papel da mulher e do jovem no cooperativismo. Além disso, mencionam o envolvimento da cooperativa com projetos sociais, como o apoio a escolas, hospitais e entidades sem fins lucrativos, que têm impacto direto na melhoria da comunidade. Isso é evidenciado na fala de E3: “Posso perceber o impacto com os resultados que é apresentado como exemplo o hospital que pode adquirir mais cadeiras de rodas com auxílio do fundo social”.

Na Inst.1, as respostas indicam para um forte compromisso com a formação e inclusão social dos associados como relatado por E2 “A cooperativa inclui mulheres, jovens e minorias por meio de capacitação para mulheres e jovens, comitês e núcleos específicos para incentivar a participação ativa, políticas de diversidade e inclusão que promovem ambientes respeitosos”. Os entrevistados destacaram que as cooperativas possuem iniciativas de programas que buscam ampliar a representatividade de mulheres e jovens nas instâncias de decisão da cooperativa. Também foram mencionadas ações de educação financeira, cidadania e voluntariado, que promovem o desenvolvimento humano e social.

Quanto ao impacto positivo da cooperativa em áreas sociais, de acordo com os entrevistados, há uma percepção clara de que a cooperativa exerce impacto positivo, especialmente em educação, saúde e bem-estar. Ressaltam que, programas de educação financeira, apoio a projetos comunitários, eventos culturais e esportivos, geram benefícios diretos à população local, valendo citar a fala de E3 da Inst.1 “Sim. A cooperativa investe em projetos comunitários e sociais que fortalecem a educação, a saúde e o bem-estar, muitas vezes

em parceria com escolas e entidades locais”. Outro ponto relevante mencionado é o envolvimento não apenas financeiro, mas também humano, com a participação ativa de colaboradores e associados em ações sociais como citado por E3 da Inst.3 “Sim, auxiliamos que isso ocorra tanto com participação do pessoal como apoio financeiro”. Essa proximidade fortalece o desenvolvimento comunitário e reforça o compromisso da cooperativa com a inclusão social.

Quando questionado se a cooperativa tem promovido mudanças culturais na comunidade (valores, práticas, relações sociais), observou-se que na Inst.1, o E1 afirmou não ter opinião formada, o que demonstra certa indefinição ou falta de percepção direta sobre os impactos culturais da cooperativa. O entrevistado E2 destacou que são incentivados valores como cooperação, respeito e participação, ressaltando que, as pessoas aprendem sobre cidadania, finanças e trabalho em grupo, fortalecendo os laços comunitários e melhorando a convivência na região. O entrevistado E3 destaca que o cooperativismo vem influenciando de forma positiva a comunidade por disseminar valores como a solidariedade, cooperação e responsabilidade social.

Na Inst.2, o segundo entrevistado, por sua vez, declarou não saber responder com clareza, o que indica desconhecimento ou falta de envolvimento direto com as ações da cooperativa. Já o terceiro entrevistado destacou que a comunidade está inserida de forma intensa no cooperativismo, o que tem levado a mudanças nos costumes e práticas locais, reconhecendo um impacto cultural relevante. Assim, nesta Instituição, observa-se que enquanto alguns reconhecem a influência do cooperativismo, outros demonstram dificuldade em identificar tais efeitos.

Na Inst.3, o primeiro entrevistado destacou que os colaboradores participam ativamente das comunidades onde estão inseridos, apontando para um engajamento social que, ainda que de forma indireta, pode promover transformações culturais. O segundo, afirmou que hoje é notável a presença da cooperativa na comunidade, reforçando a percepção de um impacto visível, embora sem detalhar as mudanças ocorridas. Já o terceiro menciona que, são desenvolvidas parcerias com grupos locais para promover boas práticas, o que evidencia uma atuação integrada e efetiva na promoção de valores cooperativos.

No que se refere à capacitação técnica e ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, na Inst.1 observa-se uma forte ênfase na educação corporativa estruturada, com relatos de que os colaboradores têm acesso diário a cursos por meio de plataformas de Educação a Distância (EAD) conforme evidenciado pelo E1 “todos os dias, através de uma plataforma interna de

EAD, além de todos os colaboradores terem acesso a um benefício financeiro para formações afins com a área de atuação”.

Na Inst.2, a capacitação se apresenta tanto na forma on-line quanto presencial, com estímulo à participação em cursos internos e externos. A existência de uma plataforma própria de ensino evidencia o investimento contínuo em acessibilidade ao aprendizado e oportunidades de desenvolvimento como citado pelo E2 “Treinamentos e cursos internos e externos incentivando os colaboradores a participarem de capacitações”. A cooperativa incentiva os colaboradores a buscarem qualificações voltadas ao crescimento pessoal e profissional, evidenciando uma abordagem que valoriza autonomia e aprendizado. Já na Inst.3, a frequência das capacitações também é elevada, com treinamentos semanais, sobretudo focados em produtos, segmentos específicos de atuação. Além disso, iniciativas voltadas ao público externo, como apoio a programas desenvolvidos em parceria com instituições governamentais entre outros projetos de relevância comunitária.

4.3.3 Dimensão Ambiental

As entrevistas revelam um conjunto de práticas sustentáveis e de conscientização ecológica que refletem o compromisso das instituições com o desenvolvimento sustentável e de acordo com o princípio do cooperativismo: Interesse pela comunidade, atuando no desenvolvimento sustentável local. Questionados sobre como a cooperativa lida com as questões de sustentabilidade (resíduos, consumo de energia, água e papel) em suas atividades, os colaboradores das três instituições relataram que a gestão ambiental é incorporada à rotina operacional, por meio da digitalização de processos, da redução do consumo de papel e da utilização de energia de fontes renováveis. Isso é percebido na fala de E1 da Inst.1 “atualmente a cooperativa conta com todas as agências do estado de Santa Catarina com energia elétrica proveniente de energia solar, o que gera uma energia mais limpa e menos custo para as estruturas. Oferece também linhas de crédito com taxas diferenciadas para atividades que promovam a redução do efeito estufa, reutilização de materiais”.

A Inst.2 apresentou iniciativas semelhantes, incluindo o uso de energia limpa, proveniente de fontes não poluentes como no caso das cooperativas a energia solar e a coleta seletiva de resíduos, além do apoio a programas ambientais como dito por E1 da Inst.2 “A cooperativa adota tais práticas como Energia Limpa e reciclagem”. Nas Instituições 2 e 3, nota-se a utilização de energia renovável, seja por meio de geração própria ou pela contratação de fornecedores que ofereçam energia limpa.

Outro fator evidenciado é o movimento de digitalização de processos, em que as três instituições estão adotando como prática rotineira o qual emerge como estratégia essencial para redução do consumo de papel. A transição para assinaturas digitais é apontada como uma das principais ações implementadas, com a qual praticamente todos os documentos já são assinados de forma eletrônica, minimizando a necessidade de impressão. No que diz respeito à gestão de resíduos, as três instituições adotam a prática de separação do lixo, o que indica conformidade com protocolos de reciclagem e destinação adequada de materiais.

Ao analisar as respostas referentes à questão "A cooperativa promove atividades de educação ambiental junto aos seus colaboradores, associados e comunidade?", percebe-se que as três instituições promovem, em diferentes níveis, ações de educação ambiental voltadas a associados e comunidade. A Inst.1 demonstra uma atuação mais estruturada e abrangente, com pelo menos quatro tipos de iniciativas distintas, que incluem desde ações práticas de preservação e recuperação ambiental e campanhas educativas voltadas ao consumo consciente e reciclagem.

Na Inst.2, observa-se a atuação em aproximadamente três frentes específicas de apoio a projetos de educação ambiental. As respostas, porém, são repetitivas entre os entrevistados, o que sugere menor variedade quando comparada à Inst.1. A Inst.3 também apresenta cerca de três iniciativas diferentes, porém com característica distintas as práticas ambientais são incorporadas em programas já existentes, como ações de educação financeira e participação pontual em eventos temáticos.

Em relação à participa ou apoio da cooperativa a projetos ambientais no município, notou-se que a Inst.1 demonstra forte alinhamento com práticas de responsabilidade socioambiental, destacando-se entre as demais. Apontam a realização de campanhas ambientais e ações de reflorestamento, como o plantio de centenas de mudas realizadas em parceria com outras entidades. Conforme relatado por E1 da Inst.1: "Neste ano a cooperativa distribuiu de maneira gratuita e em parceria com uma cooperativa de energia e uma entidade social do município quase 500 árvores para reflorestamento". Esses exemplos reforçam o comprometimento da Instituição com os princípios ESG (Environmental, Social and Governance) e com o desenvolvimento sustentável local.

A Inst.2 também apresenta participação ativa em iniciativas ambientais, atuando de forma colaborativa com o poder público e instituições de ensino, especialmente na promoção de campanhas de conscientização sobre reciclagem e sustentabilidade. Essa atuação é evidenciada pelo relato de E2 da Inst.2: "A cooperativa procura apoiar causas do município

como dias de coleta de lixo, instalando lixeiras de reciclagem nas escolas e coletando lixo eletrônico”. Já no caso da Inst.3, embora os entrevistados reconheçam que a cooperativa busca apoiar projetos ambientais quando possível, as respostas mostram-se mais vagas e sem detalhamento de ações específicas, apenas a adoção de práticas internas, como a separação de resíduos na agência, indicando um nível de engajamento ambiental menos estruturado quando comparado às demais instituições. Assim, evidencia-se a necessidade de avanços no planejamento e fortalecimento das ações socioambientais por parte dessa instituição.

Questionados se existem linhas de crédito voltadas à sustentabilidade e como os associados têm respondido a essas oportunidades, a Inst.1 se sobressai por apresentar maior clareza quanto ao crescimento da procura, especialmente por parte do público rural, evidenciando que os associados estão mais atentos aos benefícios econômicos e ambientais desses investimentos. Na Inst.2, também há disponibilidade de linhas de crédito sustentáveis, conforme afirma E2: “A cooperativa tem linhas de crédito com taxas atrativas para investimentos em energia limpa, veículos elétricos e linhas especiais para produtores rurais”. A percepção dos entrevistados é menos uniforme, indicando possível necessidade de maior divulgação interna dessas oportunidades. A Inst.3, igualmente, confirma a oferta de crédito para projetos sustentáveis e destaca uma procura crescente, reforçando que os cooperados demonstram interesse em aderir a práticas mais responsáveis ambientalmente.

5. Considerações Finais

O estudo teve como objetivo analisar como o cooperativismo de crédito interfere no desenvolvimento socioeconômico do município de Cunha Porã-SC, a partir das dimensões econômica, social e ambiental, com base na percepção de colaboradores das cooperativas. A metodologia aplicada foi qualitativa e descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas com 9 colaboradores de 3 instituições e análise de conteúdo para tratamento dos dados.

Os resultados demonstraram que o cooperativismo de crédito exerce influência no desenvolvimento econômico e social de Cunha Porã. No aspecto econômico, as cooperativas contribuem para a geração de empregos formais, o fortalecimento do comércio local e a circulação interna de recursos, oferecendo crédito acessível e distribuição de sobras aos associados. O acesso facilitado ao crédito, aliado à atuação consultiva dos colaboradores, contribui diretamente para a inovação, o aumento da produtividade e a permanência das famílias nas atividades rurais, evitando a dependência de instituições bancárias externas. Tais fatores reforçam a relevância do modelo cooperativista como instrumento de estabilidade econômica e

de criação de oportunidades, apoiando o crescimento equilibrado e a circulação contínua de renda no território.

No campo social, nota-se o fortalecimento da participação democrática, da educação financeira e de ações que promovem cidadania, inclusão e valorização da comunidade. Na dimensão ambiental, observou-se o engajamento das instituições em práticas sustentáveis, como o uso de energia solar, digitalização de processos e linhas de crédito voltadas à sustentabilidade. No âmbito social e ambiental, ficou evidente que as cooperativas ampliam a cidadania financeira ao promover ações de educação e participação democrática, incentivando mulheres e jovens a ocuparem espaços de decisão. Essas iniciativas fortalecem e disseminam valores baseados na solidariedade e no desenvolvimento coletivo.

Paralelamente, as instituições entrevistadas demonstraram compromisso crescente com práticas sustentáveis, como a digitalização de processos, o uso de energia renovável e a oferta de linhas de crédito verdes, medidas para reduzir impactos ambientais e incentivar uma cultura voltada à preservação dos recursos naturais. Assim, o cooperativismo integra dimensões sociais e ecológicas ao seu modelo de negócio, contribuindo para um futuro mais consciente e responsável.

Conclui-se que o cooperativismo de crédito tem se consolidado como agente de desenvolvimento local, ao promover uma economia mais justa, participativa e sustentável, fortalecendo o sentimento de pertencimento e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores. O estudo também evidencia avanços teóricos ao relacionar as dimensões do desenvolvimento sustentável com o modelo cooperativista, e aplicações práticas para gestores públicos e lideranças locais que buscam estratégias de fomento regional.

Entre as inovações do trabalho, destaca-se a análise integrada dos três pilares da sustentabilidade aplicados ao contexto de um município de pequeno porte. As contribuições teóricas envolvem a ampliação sobre o papel das cooperativas como instrumentos de inclusão financeira e social; as contribuições práticas e sociais abrangem a valorização da economia local, o incentivo à educação financeira e o fortalecimento da coesão comunitária.

Como limitações, ressalta-se o recorte territorial restrito. Sugere-se que pesquisas futuras explorem comparativamente outros municípios ou regiões, ampliem a amostra e incorporem indicadores quantitativos de impacto econômico e social. Também pode ser analisada a perspectiva dos associados quanto ao impacto da cooperativa do desenvolvimento do município de Cunha Porã.

Referências

ABREU, B. S.; NETO, G. M. B.; ARAÚJO, P. S.; BEZARRA, P. T. C.; NETO, S. F. **Cooperativismo como Alternativa para o Desenvolvimento Regional - O Exemplo da COAPECAL**. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – 2023**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/relatorio_panorama_cooperativas_2023_FINAL.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404.htm. Acesso em: 9 jun. 2025.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. 2006.

CASTRO, E.; OLIVEIRA, U. T. V. **A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual**. Entretextos, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Original de 1987).

FUZINATTO, N. M.; CASSOL, F. E.; BATISTA, C.; BERNARDY, R. J. **Os impactos do cooperativismo de produção no desenvolvimento de pequenos municípios**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.13, n.35, p. 2901-2929, Maio/Agosto, 2019. DOI: 10.21171/ges.v13i35.2551.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6778: Cooperativas ativas, por tipo e ano**. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MEES, A. A. **As Cooperativas de Crédito como Agentes de Desenvolvimento Local: uma análise do Sicoob Alto Vale**. 2019.

O ECO. **Entenda o que é o tripé da sustentabilidade**. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/tripe-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Institucional – Somos Cooperativismo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/ocb>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PEREIRA, A. B. **Cooperativismo de crédito rural e sua influência no desenvolvimento local**: estudo de caso da SICOOB Sertão, Pintadas-BA. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2008.

SOMOS.COOP. **Plataforma institucional do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <https://somos.coop.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

TREIN, A. J.; GRIEBELER, M. P. D. **Cooperativismo como Alternativa para o Desenvolvimento Social no Município de Igrejinha/RS** – Um Estudo de Caso no Sicoob Ecocredi. 2017.